



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.ª SL

Aos 17 dias do mês de outubro de 2012, pelas 09:15 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:15

1. Apreciação e votação da ata n.º 93/XII, relativa à reunião de 10 de outubro

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição do Presidente da Estradas de Portugal

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que define a posição a assumir pela UE na revisão do Regulamento das Telecomunicações Internacionais na Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais ou nos seus fóruns preparatórios [COM(2012)430]

Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que prevê um quadro geral de cooperação reforçada entre a União Europeia e a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea [COM(2012)439]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia [COM(2012)449]

Relator: Deputado Eduardo Teixeira (PSD)

6. Apreciação parlamentar n.º 29/XII/1.ª (PCP) - Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de Julho que "Aprova a orgânica do laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Discussão em Comissão, com presença do Secretário de Estado da Energia

7. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013

8. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2013

9. Outros assuntos

10:00

Audição do Banco de Portugal, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando os cartões de débito e de crédito, na sequência de um requerimento do PSD

Por impossibilidade de comparência do Senhor Presidente, presidiu à reunião o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

09:15

1. Apreciação e votação da ata n.º 93/XII, relativa à reunião de 10 de outubro

Neste ponto da ordem do dia, a ata n.º 93/XII/2.^a, relativa à reunião de 10 de outubro foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição do Presidente das Estradas de Portugal

O Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) fez a apresentação dos termos do requerimento, reforçando a sua importância na medida em que, de acordo com as recentes informações prestadas pela Estradas de Portugal, as revisões efetuadas com



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.ª SL

as empresas adjudicatárias terão impacto no Plano Rodoviário Nacional. Por se tratar de uma matéria que cativa a opinião pública, os subscritores do requerimento conferem relevo à viabilização da audição do Presidente da Estradas de Portugal, na Comissão.

Pronunciaram-se os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), para considerar pertinente o requerimento apresentado; e Agostinho Lopes (PCP), para reconhecer interesse e oportunidade na referida audição e propor que através da Mesa da Comissão fossem previamente solicitados ao Ministério da Economia e às Estradas de Portugal os documentos envolvidos na parceria mencionada no requerimento.

O Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) concordou com esta proposta, desde que os documentos em causa não contivessem carácter confidencial.

Ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) afigurou-se que, no caso de ainda não existirem contratos, fossem disponibilizados os memorandos de entendimento relativos ao assunto em apreciação.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que define a posição a assumir pela UE na revisão do Regulamento das Telecomunicações Internacionais na Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais ou nos seus fóruns preparatórios [COM(2012)430]

Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) apresentou o relatório o assunto acima mencionado.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do BE.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que prevê um quadro geral de cooperação reforçada entre a União Europeia e a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea [COM(2012)439]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS).

Por solicitação prévia do relator, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia [COM(2012)449]

Relator: Deputado Eduardo Teixeira (PSD)

Em virtude de o relator se encontrar em missão oficial no estrangeiro, o relatório referido em epígrafe foi apresentado pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD).

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Apreciação parlamentar n.º 29/XII/1.ª (PCP) - Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de Julho que "Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."

Discussão em Comissão, com presença do Secretário de Estado da Energia.

Após ter sido dada a palavra pelo Senhor Presidente, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) deu início ao debate da apreciação parlamentar em causa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, na orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP, é estabelecido que o Presidente do Conselho



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Científico é, por inerência, o Presidente do Conselho Diretivo. Esta coincidência legal obrigatória, não se verificando nos restantes laboratórios sob tutela do Estado, contraria a legislação em vigor para as restantes instituições homólogas.

Igualmente, no que se refere aos bolseiros, o constante no mesmo Decreto-Lei contende com o disposto no Estatuto do Bolseiro.

Pelas razões aduzidas, nesse sentido, o PCP apresenta propostas de alteração.

Em resposta, o Senhor Secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, começou por se referir ao enquadramento da atividade do Laboratório nos atuais constrangimentos do Estado, designadamente no que se refere às dificuldades na contratação para a Administração Pública.

A medida adotada teve em conta, por um lado, a existência de pessoas detentoras de habilitações académicas de elevado nível e a sua valorização e, por outro lado, a necessidade do seu aproveitamento, tendo em conta a escassez de técnicos. O objetivo reside na utilização dos recursos humanos, valiosos, e por isso, constata-se que há um trabalho concreto ao serviço da política económica do país.

A comissão coordenadora encarregue de assegurar a gestão corrente da atividade do Conselho Científico é constituída por 6 membros, no máximo, dos quais um é o Presidente deste Conselho que detém 1 voto, determinante em caso de não concordância.

Interveio o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) para referir que se devia ao atual Governo a mudança de paradigma em matéria de transparência nos processos de escolha dos cargos dirigentes da Administração Pública. A função do Conselho Científico é a de apoiar o Conselho Diretivo, sendo o primeiro um órgão coletivo, cujo funcionamento corrente é assegurado por uma comissão coordenadora de seis pessoas. O Conselho Científico é um órgão plural que apoia o Conselho Diretivo. A medida faz sentido, entendida no quadro da função multiplicadora, geradora de crescimento económico.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

À Senhora Deputada Hortense Martins (PS) afigurava-se que, a não ser em casos de violação da lei ou o não cumprimento do interesse nacional, o assunto em apreciação remete para a competência do Governo.

No entanto, e em relação ao caso presente, manifestou preocupação no que se refere à distinção a fazer entre o que são as políticas e a sua execução, no contexto das questões inerentes ao Conselho Científico.

Para a oradora, a utilização de recursos em investigação devem ter aplicação prática na economia, com carácter duradouro, no futuro.

Em relação à questão da presidência, não concordava que esta recaísse na mesma pessoa para os dois Conselhos. Neste sentido, questionava sobre as razões que se encontravam na génese da mudança, se tinham sido elaborados estudos que tivessem contribuído para a alteração do modelo até, então, em vigor e se tinha sido assegurada a independência do Conselho Científico. Na medida em que defende a existência de equilíbrio e de transparência no processo, pretendia que fosse medido o impacto das soluções aprovadas.

O Senhor Secretário de Estado da Energia, no uso da palavra, concordava com a intervenção efetuada pelo representante do PSD e, reforçando os aspetos nela mencionados, referiu que a medida da tomada de decisão em causa, embora não resolvesse todas as questões, era considerada como um passo positivo dado em direção aos objetivos da gestão do organismo. Relevava da importância de existir uma voz que transmitisse as políticas do Laboratório para a área da investigação, uma vez que quem gere os recursos do Estado é politicamente responsabilizado por essa gestão, nomeadamente na vertente das políticas energéticas.

Para o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) a questão central residia na existência, ou não, de qualquer atropelo à lei. Uma vez verificada a sua inexistência, e tratando-se de órgãos colegiais com estrutura bem definida, não via razão de fundo para a apresentação, pelo PCP, da apreciação parlamentar em presença.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a entrada na Mesa de propostas de alteração aos artigos 3.º e 8.º, apresentadas pelo PCP.

Nessa sequência, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) pronunciou-se, dizendo que o que estava em causa era a Lei Orgânica de um instituto público. Assim, não constituindo atribuição à Comissão o apuramento das competências dos cargos e **al** como estava consagrado, a presidência do Conselho Científico respondia perante si mesma. Por essas razões, era necessário consultar a Lei-quadro das Instituições de Investigação Científica. Assim, as palavras proferidas pelo membro do Governo presente motivavam muitas preocupações relativamente aos restantes Laboratórios do Estado.

O Senhor Presidente anunciou que se abria um prazo de 15 dias para efeito de apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares.

7. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013

Foi designado relator, pelo PS, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo.

8. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2013

Segundo a grelha de distribuição de iniciativas legislativas, a elaboração deste parecer compete ao grupo parlamentar do PCP, pelo que o seu coordenador informou que mais tarde indicaria o nome do Deputado autor do parecer.

9. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) que interveio para se pronunciar sobre a permissividade da Mesa relativamente à



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.ª SL

calendarização da audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego e o seu sucessivo adiamento.

Nesse mesmo sentido, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou um protesto verbal à Mesa para que esta analisasse o incumprimento do agendamento das audições pelo Senhor Ministro da Economia e do Emprego.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), referindo-se à apresentação pelo PS de um requerimento potestativo para efeito de audição do mencionado membro do Governo na Comissão, sobre o projeto de investimento turístico no Alqueva, considerava que a abordagem das restantes matérias ficava condicionada.

A audição ficou marcada para o dia 24 de outubro de 2012, no final da Sessão Plenária.

No final deste ponto da agenda, foi anunciado pelo Senhor Presidente que o Senhor Deputado Paulo Baptista (Coordenador do PSD) passava a integrar a composição da Comissão, em substituição do Deputado Pedro Saraiva (PSD).

10:00

Audição do Banco de Portugal, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando os cartões de débito e de crédito, na sequência de um requerimento do PSD

O Senhor Presidente, após proceder à apresentação do Dr. João Amaral Tomaz, Administrador do Banco de Portugal em representação do Governador do mesmo Banco, deu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para uma intervenção inicial.

Em seguida, pronunciou-se o referido Administrador, a que se seguiram nas intervenções para colocar perguntas, os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS) – que havia sido substituído na condução dos trabalhos da reunião pelo Senhor



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) –, Agostinho Lopes (PCP) e Nuno Matias (PSD), tendo o Dr. João Amaral Tomaz respondido individualmente aos Senhores Deputados.

A audição foi objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponível na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2012.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO SERRASQUEIRO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Miguel Tiago
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Eduardo Teixeira